

Consórcio Setentrional de Educação a Distância de Brasília
Universidade de Brasília
Universidade Estadual de Goiás
Licenciatura em Biologia

Kênia Mesquita Mendes Cardoso

Educação Ambiental nas escolas

Brasília
2011

Kênia Mesquita Mendes Cardoso

Educação Ambiental nas escolas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Biologia a Distância como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Biológicas, na Universidade de Brasília, sob a orientação do professor Msc. Gil Amaro da Silva.

Brasília
2011

Kênia Mesquita Mendes Cardoso

Educação Ambiental nas escolas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Biologia a Distância como parte dos requisitos para exigência parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Biológicas, na Universidade de Brasília.

Aprovado em julho de 2011

Prof. Ms, Msc. Gil Amaro da Silva.
Orientador

Anne Caroline Dias Neves
Avaliadora

Fernanda Gomes Siqueira
Avaliadora

Prof. Dr. Wagner Fontes
Universidade de Brasília
Coordenador do Curso de Licenciatura em Biologia

Brasília
2011

Ao meu marido, que sempre esteve ao
meu lado.

Aos meus amigos e parceiros do curso, por lutarem para a conclusão desse curso.

Aos professores que mesmo sem receber continuaram trabalhando por amor à profissão.

RESUMO

Diante das transformações que a sociedade vem sofrendo nas últimas décadas, percebe-se que a questão ambiental tornou-se parte essencial do cotidiano da população, visto que atualmente existe um constante desafio em promover meios para manter a qualidade de vida em concomitância com a preservação do meio ambiente. Neste sentido, a Educação Ambiental (EA) exerce um papel importante enquanto um meio que possibilite a formação de cidadãos críticos e atuantes diante da sociedade, desenvolvendo formas conscientes de consumo com o intuito de preservar o meio ambiente. Sendo assim verificou-se de que maneira algumas escolas de Taguatinga, no Distrito Federal, cumprem as exigências prevista em algumas Leis relacionadas à EA necessárias para uma educação adequada. Para tanto aplicou-se um questionário aos alunos e professores de Biologia de três escolas do DF, sendo uma de Ensino Fundamental (pública), uma de Ensino Médio (pública) e uma escola do Ensino Médio (particular). Através deste trabalho observou-se que tanto a escola pública quanto a escola particular possuem uma visão parecida quanto à temática EA. Além disso, percebe-se a falta de conscientização em relação à Educação Ambiental que não está sendo cumprida de acordo com o que exige as Leis relacionadas ao tema, tornando difícil problematizar qualquer trabalho relacionado à temática em estudo e a proposição de meios que visam a preservação do meio ambiente.

Palavras - chave: Meio ambiente. Educação ambiental. Ecologia.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1.** Questionamento realizado aos alunos sobre o conhecimento da legislação e a EA.....14
- Gráfico 2.** Pergunta presente no questionário dos alunos sobre o que é desenvolvimento sustentável.....16
- Gráfico 3.** Respostas dos alunos sobre o ensino de EA nas escolas.....17
- Gráfico 4.** Pergunta presente no questionário dos alunos sobre coleta consciente na escola em que estuda.....18
- Gráfico 5.** Pergunta presente no questionário do professor sobre EA.....19

ÍNDICE

1. Introdução.....	07
2. Metodologia	11
3. Resultado e Discussão.....	13
4. Conclusão.....	22
Referências Bibliográficas	23
Anexo.....	25

1. INTRODUÇÃO

As transformações vividas pela sociedade refletem as inúmeras modificações observadas no meio ambiente, através dos impactos provocados no mesmo.

Tais impactos, na maioria das vezes, negativo, resultam do crescimento do processo de urbanização desordenado, assim como da precariedade dos serviços oferecidos pelo poder público, além do descuido das pessoas que sofrem com uma infra-estrutura inadequada e não buscam meios para modificar tal situação.

Neste contexto, a Educação Ambiental (EA) representa um instrumento essencial em busca de meios que promovam a superação dos impactos negativos que tanto prejudicam o meio ambiente e afligem a sociedade como um todo:

a Educação Ambiental (EA) faculta essa ampla ligação com as problemáticas do ambiente, e atende aos grandes desafios do mundo atual (Figueiredo, 2010)

Sendo assim, no sentido de orientar as nações sobre formas e meios que visam à melhoria do meio ambiente realizou-se em junho de 1972, uma Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Nesta Conferência criou-se a Declaração de Estocolmo que tem como base vários princípios que visam estabelecer meios de preservação do meio ambiente. De acordo com o princípio 19 da Declaração de Estocolmo “a educação ambiental é essencial para ampliar as bases de uma opinião esclarecida e de uma conduta responsável por parte de indivíduos, empresas e comunidades quanto à proteção e melhoria do meio ambiente em sua plena dimensão humana”.

Tendo em vista que a EA não é um problema apenas de determinados países, mas de todas as nações devido ao consumo acelerado de produtos industrializados, Layrargues (1997) salienta que: “enquanto o padrão de consumo dos países subdesenvolvidos aumentasse, o inverso ocorreria com os países desenvolvidos”.

Neste contexto percebe-se que o consumo exagerado de bens de consumo promove uma degradação que, na maioria das vezes, para nós é fator indireto, mas que para a natureza é tida como forma de degradação irreversível.

Por meio da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 o Brasil evidenciou exclusivamente o meio ambiente relatando que todos os brasileiros têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. No artigo 225, do capítulo VI no título VIII da Constituição de 1988, inferem-se formas de como os brasileiros devem

cuidar do meio ambiente e a forma mais adequada para que os governantes fiscalizem o uso inadequado dos recursos naturais.

Após cinco medidas para a conservação do meio ambiente o governo brasileiro elaborou a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, reforçando a idéia de que a EA possibilita meios para a promoção de valores sociais, além do desenvolvimento de habilidades e competências que permitam ao homem conservar o meio ambiente em concomitância com a manutenção da qualidade de vida. Sendo assim a EA assume papel fundamental, devendo estar presente em todos os níveis de escolaridade, uma vez que esta deve ocorrer enquanto um processo contínuo que visa o bem comum da população em geral.

Neste contexto, o art. 10º da Lei 9.795 explicita que: “entende-se por educação ambiental, no ensino formal, a desenvolvida no âmbito dos currículos e atividades extracurriculares das instituições escolares públicas e privadas.”

Para tanto, as instituições escolares são tidas enquanto parte fundamental do processo de conscientização quanto à necessidade de se preservar o meio ambiente, formando cidadãos críticos capazes de opinar e atuar dentro da sociedade em que vivem.

Nas escolas do Distrito Federal, objeto de estudo deste trabalho, a Lei 9.795 foi complementada pela Lei Distrital nº 3.833, de 27 de março de 2006, em que no 2º artigo infere-se:

“a educação ambiental é componente essencial e permanente da educação no Distrito Federal e deve constar, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

Trabalhar com Educação Ambiental é importante, visto que esta permite ao aluno perceber-se enquanto parte do meio ambiente, assim como possibilitar meios para o desenvolvimento de uma educação voltada para a cidadania consolidando o conceito de que o aluno deve atuar enquanto sujeito cidadão fortalecendo a cidadania como um todo e não enquanto parte isolada e fragmentada, uma vez que cada indivíduo deve ser entendido enquanto co-responsável pela defesa da qualidade de vida.

Para Morin (2003) “a vida é um progresso que se paga com a morte dos indivíduos”. A morte no planeta Terra significa vida quando micro-organismos se desenvolvem alimentando-se de restos de animais em decomposição. Sendo assim tudo pode ser reciclado, o que pode ser reforçado de acordo com a visão de Sena (2003):

“não é mais possível produzir bens de consumo desenfreadamente e amontoar de qualquer jeito o que deve ser descartado, porque chegará uma hora que não haverá espaço para mais bota-fora. O que pode ser reaproveitado deve ser reciclado, em nome de um ambiente saudável para todos.”

Nesse mesmo pensamento Violante (2010) explicita que:

“tudo deve ser racionado e reciclado, desde os dejetos fisiológicos do homem ao ar respirado, alimentos e combustível, e não há lugares disponíveis nem para crescer nem para despejar lixo. Deve-se pensar no planeta Terra como uma astronave”.

Neste contexto, o lixo deve ser entendido enquanto resultado do desenvolvimento científico criado pelo homem, sendo que após sua utilização são jogados em locais próprios e impróprios. Um exemplo, de lixo que é resultado do desenvolvimento científico, criado pelo homem para facilitar as necessidades do dia-a-dia, foi a descoberta da espuma de poliestireno (isopor) em 1951, uma vez que esta é utilizada como embalagens para alimentos, produtos eletrônicos, enfeites de festas e outras utilidades, contudo, na maioria das vezes é jogado em locais impróprios acarretando poluição ambiental.

Como a decomposição do isopor é por tempo indeterminado, o que se torna fator de preocupação é o fato de que a população não joga esse tipo de lixo no lugar próprio:

“deve-se levar em consideração que pessoas respondem ao meio ambiente não apenas cognitivamente, mas principalmente, com afetividade” (Vieira, 2010).

Percebe-se que a EA além do processo de conscientização teórico deve propiciar acima de tudo, a solidariedade, o respeito e a igualdade através de práticas democráticas que possibilitam a relação entre as pessoas de forma interativa promovendo o diálogo entre os indivíduos de uma sociedade. Isso propicia a criação de novas atitudes diminuindo o consumo exagerado de bens de consumo mudando os valores do conjunto e não de indivíduos fragmentados propiciando a preservação do meio ambiente.

Para que haja uma conscientização do que se fazer com o lixo, é preciso implantar aulas práticas nas escolas. Para Sato (2004):

“o professor deve inserir a dimensão ambiental dentro do contexto local, sempre construindo modelos através da realidade e pela experiência dos próprios alunos”.

Considerar a realidade do aluno, durante o processo de EA é importante porque a partir do momento em que o professor considera as concepções prévias do aluno, este consegue atrair a atenção do mesmo para um processo contínuo de conscientização ambiental.

Os referenciais da legislação retratam de forma significativa como deveria ser um ensino diferenciado; dentre esses referenciais tem-se os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), que demonstram através de objetivos propostos como o professor deveria trabalhar em sala de aula em busca de meios para que o aluno desenvolva as habilidades e competências necessárias para a formação de um cidadão crítico e atuante.

De acordo com o PCN (1997), “[...] a educação ambiental dever ser compreendida enquanto meio indispensável para se conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade-natureza e soluções para os problemas ambientais.”

Tendo a EA enquanto passo fundamental para a conscientização dos indivíduos, este trabalho tem como objetivo demonstrar de que maneira algumas escolas do Distrito Federal trabalham a temática EA no contexto escolar, assim como demonstrar se estas seguem as propostas existentes na legislação que retrata a EA enquanto fundamental para uma relação pacífica entre o homem e o meio ambiente.

Neste contexto este trabalho é de fundamental importância, pois permite perceber como a escola, enquanto instituição que promove a construção de saberes se posiciona frente à problemática ambiental atual e o desenvolvimento sustentável, observando se as Leis que visam à formação cidadã estão sendo cumpridas, uma vez que o Distrito Federal possui uma Legislação própria que trata da EA e deve ser vista enquanto apoio para a aplicação de tal temática.

Sendo assim, percebe-se que a educação ambiental, na maioria das vezes não contempla situações, fatores e nem mesmo dimensões adequadas para um ensino de qualidade sendo incapaz de responder aos dilemas ambientais da atualidade. Sendo assim, este trabalho visa propor meios para a modificação do ensino escolar quanto ao assunto Educação Ambiental, uma vez que esta temática é necessária para a promoção de mudanças necessárias para a modificação da sociedade atual.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi uma pesquisa em três escolas situadas na cidade de Taguatinga-DF, em que o público alvo foram alunos e professores de Biologia.

As escolas participantes foram: Colégio Santa Terezinha (particular); Centro de Ensino Médio Escola Industrial de Taguatinga - CEMEIT (pública); Centro Educacional 07 de Taguatinga Norte (pública).

A faixa etária dos alunos oscilava entre 13 a 17 anos, sendo as turmas selecionadas aleatoriamente.

Em cada escola, três turmas com cerca de 30 alunos e três professores responderam o questionário sobre Educação Ambiental (Anexo 01) totalizando em torno de 250 questionários respondidos. Esse questionário tem como finalidade comprovar se as leis sobre EA estão sendo cumpridas pelas escolas do Distrito Federal, uma vez que não existe somente uma Lei Federal, mas há também uma Lei Distrital, além de possibilitar a coleta de informações relevantes para o universo pesquisado, tanto entre os alunos como entre os professores participantes.

O questionário aplicado aos alunos continha 4 perguntas que visavam observar o conhecimento dos alunos quanto a legislação ambiental, ao desenvolvimento sustentável, ao ensino de EA e a coleta consciente. O questionário aplicado aos professores continha um único questionamento, o qual visava observar por qual período durante o ano letivo o docente trabalhava o tema EA durante suas aulas.

Os alunos mostraram-se dispostos, respondendo a todos os questionamentos realizados durante a aplicação do questionário.

O questionário enquanto instrumento de coleta de dados permite explorar aquilo que o aluno conhece sobre o objeto de estudo possibilitando aproximar-se da vivência do mesmo quanto ao conhecimento que se espera que ele possua:

“procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (Gil, 1991, p. 19)

O tempo de resposta do questionário foi de aproximadamente 5 minutos, uma vez que as perguntas eram dinâmicas e de fácil compreensão para a faixa etária dos alunos pesquisados. Os professores responderam com mais rapidez, visto que, se comparado

aos alunos, possuem um domínio maior do tema em questão, que no caso trata-se da EA.

Sendo assim, a análise dos questionários possibilitou verificar o nível de conhecimento dos alunos e professores quanto ao objeto de estudo, possibilitando observar o cumprimento ou não da legislação que retrata sobre EA no ambiente escolar e como esta interfere na conduta dos mesmos.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

A EA representa um meio de motivar e promover a sensibilização dos indivíduos para que estes atuem enquanto cidadãos capazes de transformar a sociedade em que vivem concretizando propostas que visem à preservação ambiental, visto que ao tomar decisões de forma adequada busca-se a mudança de um estilo de vida baseado no consumo exagerado de bens de consumo para um estilo sob a ótica ecológica de sustentabilidade promovendo a modificação da relação do homem com a natureza.

Neste contexto a educação ambiental deve ser vista enquanto um processo de permanente aprendizagem valorizando o conhecimento prévio do aluno em busca de uma formação voltada para a cidadania explorando tanto a consciência local dos indivíduos, assim como a consciência planetária que estes possuem.

De acordo com o PCN (1997), “o tema ambiental deve ser desenvolvido a fim de proporcionar aos alunos diversidade de experiências e ensinar-lhes formas de participação para que possam ampliar a sua consciência sobre questões relativas ao Meio Ambiente, e assumir, de forma independente e autônoma, atitudes e valores voltados à sua proteção, conservação e melhoria.”

Sendo assim, este trabalho teve enquanto finalidade analisar a presença da EA no ambiente escolar de algumas escolas do DF e quais as contribuições desta para a conscientização dos alunos tendo como respaldo algumas Leis que definem a EA como fator principal para uma formação cidadã. Para tanto analisou-se o questionário aplicado aos alunos e professores como forma de estudo do objeto principal.

No gráfico 01 verifica-se a resposta de uma questão presente no questionário dos alunos: “Você tem conhecimento da existência de alguma Lei que visa defender o Meio Ambiente de condutas e atividades que o prejudiquem?”

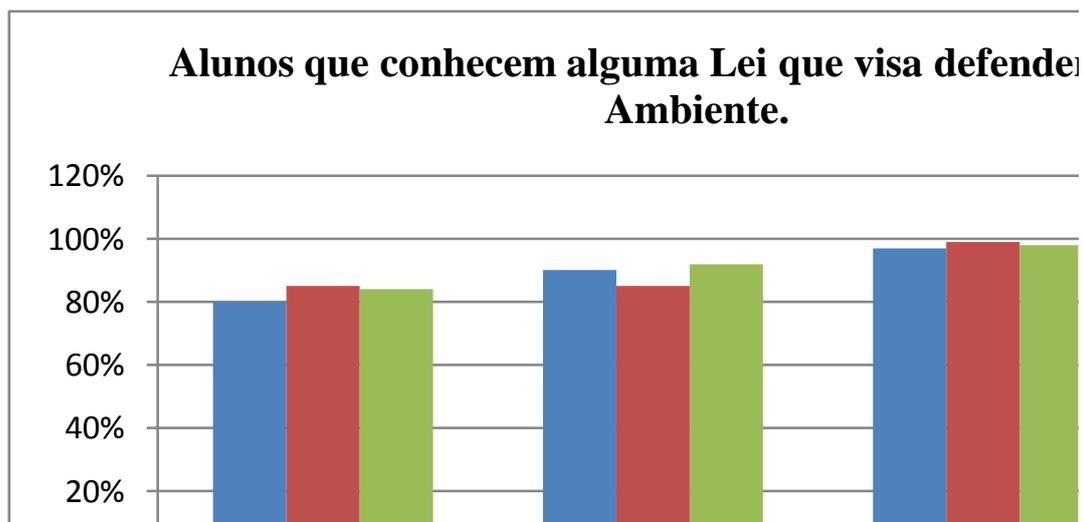


Gráfico 01: Questionamento realizado aos alunos sobre o conhecimento da legislação e a EA.

Através da figura 01 é possível perceber que os alunos possuem algum conhecimento quanto à existência de alguma lei que visa defender o Meio Ambiente.

Tendo por base a análise dos questionários percebe-se que os alunos da escola particular estão mais bem informados que os alunos da escola pública, apesar da pequena diferença observada no gráfico.

Segundo Victorino (2000), o professor deve atuar enquanto orientador ambiental em todas as disciplinas considerando que a criança é o pensador de amanhã e é nela que devemos incutir e modificar o comportamento diante da natureza, porque ela será amanhã o que aprendeu a ser hoje.

O fato de muitos alunos não conhecerem a existência de alguma Lei que visa defender o Meio Ambiente deve-se a inúmeros fatores, dentre eles pode-se destacar o fato de que as escolas particulares do DF e as escolas públicas seguem o cronograma determinado pelo Ministério da Educação, o que as diferencia é o fato de que a escola particular desenvolve alguns programas definidos pela direção pedagógica da escola de forma mais intensa, enquanto a escola pública apenas promove algumas feiras de Ciências e trabalha com cartazes e algumas atividades, mas isso ocorre de forma esporádica e não tão intensamente como ocorre na escola particular. Contudo essa situação pode variar, visto que é responsabilidade do professor fazer a escolha sobre qual assunto aplicar em sala podendo este aplicar a temática EA dentro de disciplinas como Biologia, Ciências da Natureza, Química, Geografia, dentre outras possibilitando ao aluno estar em contato com tal assunto de maneira interdisciplinar e contextualizada.

Apesar desta metodologia contrariar o que propõe o PCN ou as Conferências Ambientais que inferem que a EA deve ser trabalhada de forma transversal e enquanto disciplina independente, é apenas uma sugestão para as escolas que não desenvolvem a EA enquanto disciplina isolada em si, uma vez que esta encontra-se englobada nas várias áreas do saber.

Os professores das escolas públicas relataram que quando a temática EA é trabalhada há uma reclamação por parte dos alunos que desejam um ensino voltado para o vestibular. Isto ocorre porque o aluno não é motivado adequadamente para um ensino voltado para a cidadania e, na maioria das vezes, considera a temática ambiental como perda de tempo e não como algo necessário para sua formação.

A falta de recurso das escolas públicas pode dificultar a aplicação da educação ambiental, mas não deve ser vista como um desafio insuperável, visto que é possível modificar a prática de ensino, mas para que isso ocorra é preciso vontade e promoção de ações que visem à inserção da EA dentro do ambiente escolar.

Não é o fato de levar os alunos a um laboratório que tornará o ensino diferenciado, o que modifica é a forma com que o professor trabalha os assuntos dentro do ambiente escolar, seja em sala de aula ou fora dela em busca de uma formação cidadã que permita ao aluno ser capaz de perceber que é possível promover mudanças.

Por esse motivo cada escola procura trabalhar da melhor forma o tema EA no Distrito Federal. Os dias em que as escolas trabalham o tema de EA de forma mais significativa são no dia da Educação Ambiental (26 de Janeiro); pelo fato das escolas estarem de férias não tem como trabalhar esse tema com os alunos, mas no dia 05 de Junho, dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia esta temática é trabalhada mais intensamente.

Esta situação torna-se negativa, visto que a EA deve ocorrer durante todo o ano letivo e não apenas em algumas datas. Para que os alunos construam uma idéia significativa de preservação ambiental e possam exercer aquilo que aprenderam é necessário que estes construam uma base sólida e isso somente será possível se estes tiverem um contato contínuo com a temática de forma contextualizada e transversal, uma vez que o ensino não deve ser visto enquanto algo isolado, mas enquanto um todo que depende de atitudes conscientes.

Conhecer as várias maneiras de se promover meios que visam preservar o meio ambiente é muito importante durante a formação do aluno, sendo assim no gráfico 02 é

possível avaliar o que pensam os alunos quando estes são indagados: “Você sabe o que quer dizer desenvolvimento sustentável?”

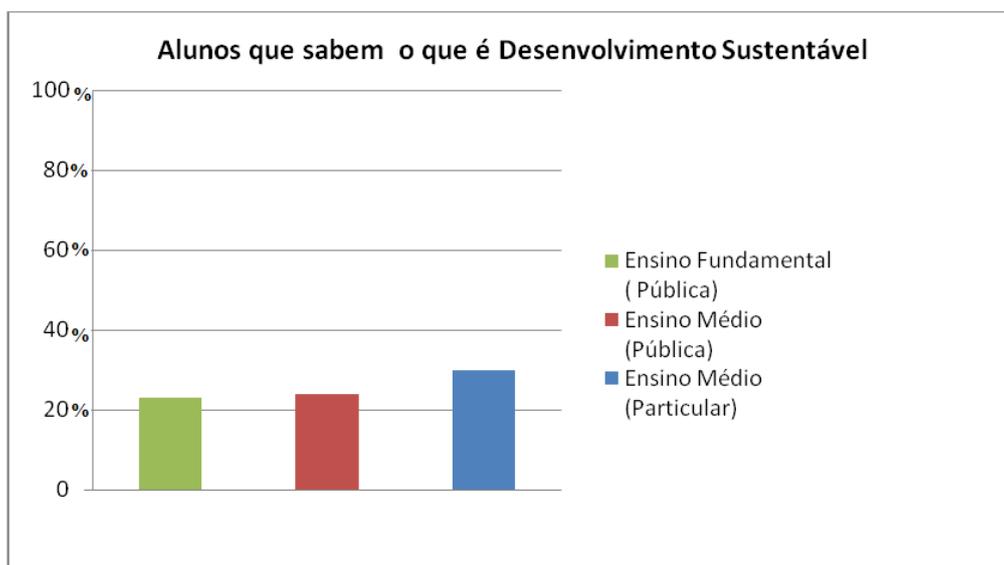


Gráfico 02: Pergunta presente no questionário dos alunos sobre o que é desenvolvimento sustentável.

Considerar as concepções prévias dos alunos é fundamental para um ensino significativo, visto que o aluno não deve ser visto enquanto recipiente vazio, mas sim como um indivíduo que possui concepções advindas do senso comum e que devem ser trabalhadas para que estes compreendam os conceitos científicos. Neste sentido o gráfico 02, demonstra que os alunos possuem noções sobre o que é o desenvolvimento sustentável, uma vez que já ouviram falar de tal assunto em livros, revistas ou através da mídia, contudo não sabem compreender o seu significado de forma científica. Sendo assim para que o aluno compreenda tal conceito é necessário que o professor desenvolva metodologias adequadas para trabalhar este conceito em sala de aula, propiciando ao aluno compreender que o desenvolvimento sustentável atua enquanto meio para minimizar o consumo exagerado de bens de consumo, através do desenvolvimento de uma visão crítica.

Segundo Jacobi (2005), atualmente há uma necessidade de se incrementar meios que possibilitem a acessibilidade à informação, assim como é necessário reforçar a idéia de que o poder público tem o papel de promover ações indutivas para a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável nos conteúdos educacionais, visando esta atitude enquanto um caminho possível para alterar o quadro atual de degradação socioambiental.

De acordo com o PCN (1997), "para ilustrar melhor a questão da EA, os alunos podem, por exemplo, pesquisar quais são os insumos principais para a vida na cidade e os produtos e sobras que saem da cidade, devendo fazer parte dos debates na escola o questionamento de valores e hábitos negativos, do ponto de vista da conservação ambiental, como o consumismo e o desperdício, que fazem parte do cotidiano e prejudicam a ideologia de desenvolvimento sustentável."

Neste momento de desenvolvimento de uma visão crítica o aluno torna-se capaz de avaliar como o ensino de EA está inserido em seu ambiente escolar.

Sendo assim no gráfico 03 os alunos demonstram a resposta quando indagados: "Como você avalia o ensino de educação ambiental na sua escola?"

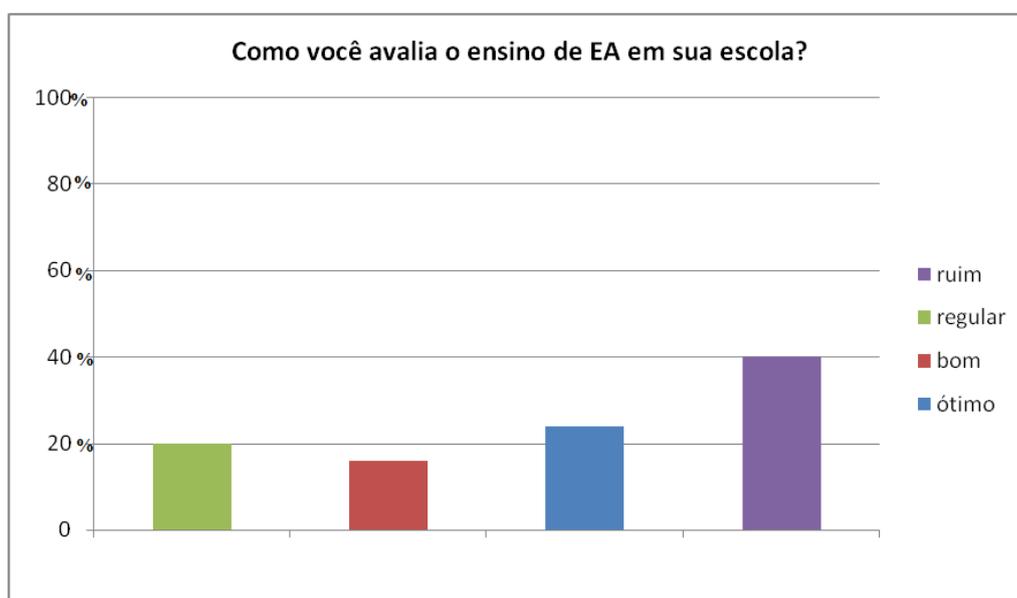


Gráfico 03: Respostas dos alunos sobre o ensino de EA nas escolas.

Analisando o gráfico 03 é possível perceber que os alunos das três escolas onde aplicou-se os questionários consideram o ensino de EA variando entre ótimo e regular, ou seja, para tais alunos o ensino de EA existe no meio escolar, mas precisa ser praticado intensamente ou de forma mais significativa e não apenas por uma semana como ocorre em algumas escolas do DF. Contudo a maioria dos alunos considera o ensino de EA ruim, isto se deve ao fato de que a escola, na grande maioria, trabalha o tema de forma tradicional apenas utilizando a lousa e o giz e o livro sem uma metodologia diferenciada. Alguns alunos relatam que a escola poderia ser mais criativa oferecendo aula no próprio ambiente escolar, sobre o cultivo de hortaliça, reciclagem de papel, uma vez que o desperdício é grande até mesmo dentro da escola.

O trabalho com as questões ecológicas não deve representar uma interrupção nas atividades pedagógicas do cotidiano escolar, uma vez que a EA deve atuar enquanto um meio para integrar o indivíduo à sociedade para que este se torne um ser integrado e construtor em busca da produção de um modo ecologicamente mais justo.

A temática ambiental pode ser inserida nos currículos escolares de diferentes maneiras, dentre elas pode-se citar as atividades artísticas, experiências práticas, atividades fora da sala de aula, projetos ou qualquer outra atividade que coloquem os alunos enquanto agentes ativos no processo de aprendizagem da Educação Ambiental. Além disso, é necessário buscar novas metodologias em abandono aos modelos tradicionais, sendo o professor o mediador deste processo de aprendizagem.

Uma vez que tenham que trabalhar com a temática EA, a maioria das escolas do DF prefere trabalhar com a EA apenas no Ensino Fundamental não tendo a consciência de que a formação cidadã deve ser contínua abrangendo todos os níveis de ensino.

A partir do momento em que o aluno passa a ter consciência do seu papel este exerce as práticas da EA dentro do próprio ambiente escolar como é o caso da coleta consciente de lixo.

O gráfico 04 demonstra se nas escolas pesquisadas existe uma coleta consciente de lixo; a pergunta feita para os alunos foi: “Na sua escola existe coleta consciente?”

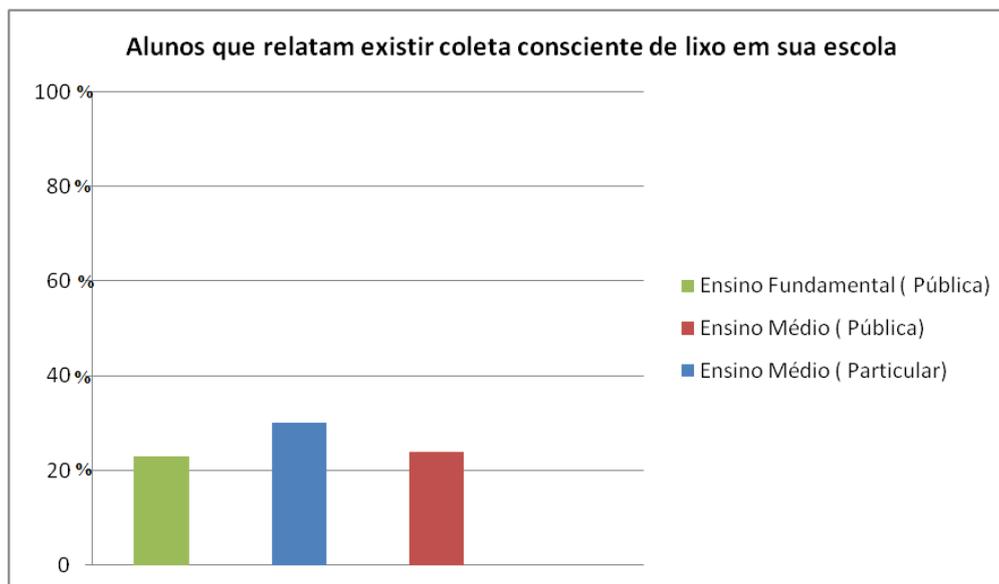


Gráfico 04: Pergunta presente no questionário dos alunos sobre coleta consciente na escola em que estuda.

Através do gráfico 04 percebe-se que na maioria das escolas não existe uma coleta consciente. Neste contexto quando a gestão escolar dá o próprio exemplo

consumindo um número menor de papéis e até mesmo produzindo papel reciclável. O exemplo é a forma mais adequada para que a EA ocorra de forma significativa e os alunos compreendam a importância de uma coleta consciente e a diminuição do consumo exagerado, refletindo assim nas suas próprias atitudes. Além disso, ao colocar seletores de lixo ao longo do pátio escolar e promover palestras que expliquem a necessidade de uma separação adequada do lixo, os alunos perceberão que pequenas atitudes podem fazer a grande diferença, mas para isso é necessário o passo inicial que só será possível se a EA promover a conscientização dos alunos, uma vez que deve ocorrer ao longo de toda a vida do indivíduo e não apenas em determinados momentos e o passo inicial pode ocorrer através de uma simples coleta consciente de lixo que isoladamente pode não promover nada, mas que em conjunto representa um meio de preservar o meio ambiente.

Quanto aos professores estes também responderam ao questionário possibilitando verificar como trabalham a EA dentro do meio escolar permitindo a busca pela resposta ao objetivo do referido trabalho.

Considerar a visão dos professores é fundamental, pois são estes os principais mediadores do processo de ensino aprendizagem possibilitando ao aluno construir o seu conhecimento em busca de uma formação consciente quanto ao meio ambiente.

No gráfico 05 observa-se a resposta dos professores quando questionados: “durante o ano letivo você trabalha mais de uma semana falando com seus alunos sobre EA?”

As respostas obtidas são de três professores, sendo dois da escola pública e um da escola particular.

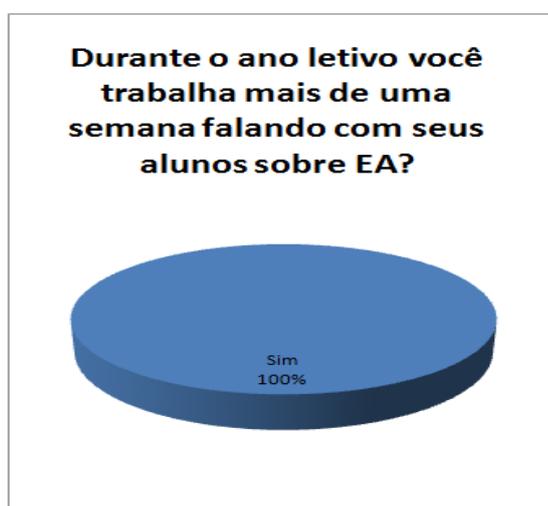


Gráfico 05: Pergunta presente no questionário do professor sobre EA.

De acordo com o gráfico 05, percebe-se que tanto os professores da escola pública quanto os da escola particular desenvolvem meios para a conscientização dos alunos no meio escolar. Contudo essa conscientização torna-se variável à medida que a escola preocupa-se mais em preparar para o vestibular do que com a formação cidadã, modificando a atual função do Ensino Médio que é preparação de cidadãos conscientes sobre seu papel na sociedade. Tal situação torna-se mais difícil a partir do momento em que a EA é vista pelos alunos como algo monótono, preferindo estes dedicar-se mais ao vestibular do que a formação cidadã.

De acordo com Oliveira (2007), “a partir do desenvolvimento da consciência ambiental nas crianças, através da mediação dos professores, pretende-se uma mudança na sociedade, em decorrência de uma abordagem social e política da questão. E a escola é, sem sombra de dúvida, o local ideal para se iniciar e promover esse processo.”

Segundo Guerra (2007), grande parcela dos professores que trabalham a temática EA não possui uma formação adequada para o desenvolvimento de valores e da práxis necessárias para um ensino adequado, uma vez que é necessário domínio do conhecimento para a aplicação de ações efetivas para a inserção da dimensão ambiental nos currículos das escolas enquanto parte do processo educacional. Sendo assim, os professores que não possuem uma formação adequada quanto a EA teriam dificuldade em compreender como as ações e intervenções pontuais são responsáveis por práticas efetivas as quais devem ser incorporadas às práticas pedagógicas no meio escolar.

Tal situação revela a necessidade em formar professores reflexivos que sejam capazes de desenvolver práticas que articulem a educação e o meio ambiente de maneira crítica:

A inserção da educação ambiental numa perspectiva crítica ocorre na medida em que o professor assume uma postura reflexiva. Isto potencializa entender a educação ambiental como uma prática político-pedagógica, representando a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais fatores de dinamização da sociedade e de ampliação da responsabilidade socioambiental (JACOBI, 2005)

Uma vez que a EA tem sido identificada como trans-disciplinar envolvendo todas as disciplinas do currículo escolar torna-se necessário que os professores passem por novos processos de capacitação profissional, para que possam promover meios de troca de experiências com os alunos em busca da construção de saberes relacionados a

EA propiciando a formação de cidadãos críticos e capazes de atuar dentro da sociedade em que vivem.

Para a formação cidadã é necessário que o aluno torne-se consciente da sua relação intrínseca e da sua responsabilidade quanto às questões ambientais mudando sua postura e suas ações. Neste sentido o Meio Ambiente deixe de ser visto enquanto uma mercadoria a ser explorada incansavelmente e o aluno desenvolve a noção de sustentabilidade, percebendo a necessidade de reciclar, reflorestar e recompor os recursos ambientais.

4. CONCLUSÃO

A pesquisa realizada mostra que tanto os alunos da escola pública assim como os alunos da escola particular possuem uma visão parecida quanto à temática EA. Além disso, percebe-se a falta de conscientização em relação à Educação Ambiental (EA) no universo pesquisado, uma vez que os professores deveriam dedicar-se mais a temática ambiental, devido à importância desta para um ensino adequado e os alunos deveria exigir a aplicação de tal assunto, uma vez que este propicia compreender de maneira mais simplificada o mundo que o cerca.

Além disso, o resultado dessa pesquisa permite constatar que os professores envolvidos apesar de aplicar temas relacionados à EA, não têm clareza quanto à importância desta temática e do seu compromisso quanto a propor mudanças para a sociedade. Percebe-se a necessidade de se incentivar na escola o processo de reflexões que levem o professor e o aluno a compreender as questões ambientais enquanto questões sócio-políticas, o que exige a construção de uma "consciência ambiental" em busca de uma formação cidadã.

O estudo mostra o descaso com a Educação Ambiental por parte dos governantes do Distrito Federal, uma vez que não se cumpre adequadamente a lei Federal e Distrital que objetiva e propõe meios para uma formação tendo por base uma sólida educação ambiental.

As medidas de fiscalização são frágeis ou não existem quanto à aplicação do dispositivo que criou a Educação Ambiental como disciplina obrigatória. O próprio Ministério da Educação não cobra das Instituições de Ensino Básico e Superior e dos professores que incluam nas grades curriculares aulas trans-disciplinares sobre o assunto.

Essa situação propicia dificuldades de problematização para qualquer trabalho de pesquisa que tenha que ser feito na área, por falta de agentes envolvidos com o problema ambiental nas escolas.

Sem que haja uma decisão dos poderes públicos para definir o problema ambiental como uma política de Estado, que busque o envolvimento da família, escola e a sociedade como um todo, continuaremos a mercê de medidas isoladas e paliativas que beneficiam as parcelas que lucram com a degradação ecológica e do meio ambiente.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<http://www.infoescola.com/meio-ambiente/conferencia-de-estocolmo/>

Layrarques, Phillipe, Pomier. **Ecodesenvolvimento ao desenvolvimento Sustentável**. Outubro de 1997.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm

<http://www.ibram.df.gov.br/sites/400/406/00001325.pdf>

SENA, (2003, online). Apud SANTOS, CINTHYA, AMARAL. **Do Princípio Fundamental da Dignidade da Pessoa Humana e os Catadores de Lixo**. Santos, 2010.

CAPRA, (2002). Apud. VIOLANTE, ADRIANO, DE CERQUEIRA; SILVA, AMARILDO, JORGE. **Decrescimento Econômico: um ensaio crítico**. Revista ADMpg Gestão Estratégica, v. 3, n. 1, p.1 9-28, 2010.

<http://www.torresnetworking.com/Sociesc/EVOLUCAO MATERIAIS POLIMERICO S.pdf>

SATO, (2004, p. 29); apud. KARLA, ANA, PAZDA; DA LUZ, RITA DE CÁSSIA, STADLER; REGINA, MÁRCIA, CARLETTO. **A Educação Ambiental e o professor de ciências**, 15 p., Outubro 2010.

VICTORINO, Célia Jurema Aito (2000): *Canibais da natureza: educação ambiental, limites e qualidade de vida*. Petrópolis, Ed. Vozes.

OLIVEIRA, Tereza Vieira dos Santos de. *A educação ambiental e cidadania: a transversalidade da questão*. Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Brasil Revista Iberoamericana de Educación (ISSN: 1681-5653) n.º 42/4 – 10 de abril de 2007 EDITA: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI).

http://www.unimontes.br/arquivos/novidades/2010/Anais_do_I_coloquio/Meio_Ambiente/PE.pdf

<http://www.admpg.com.br/revista2010/artigos/Artigo%20AREA%20%20ARTIGO%202.pdf>

http://w3.ufsm.br/ppge/diss_lila_07.pdf

CAMARGO, SUZI CLAUDIA GIUSTI & BRANCO, JOAQUIM OLINTO. **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA VISÃO DOS PROFESSORES DE CIÊNCIAS**

NATURAIS, HUMANAS E LINGUAGEM. Balneário Camboriú, SC; 07 p.,
Dezembro de 2003.

Marcelo X. A. BIZERRIL, MARCELO. X. A; FARIA, DÓRIS S.. **Percepção de professores sobre a educação ambiental no ensino fundamental.** Brasília 13 p.,
Dezembro de 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. Temas Transversais.* Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FIGUEIREDO, João B. de Albuquerque. A educação ambiental popular e educação intercultural no contexto da formação docente *Visão Global, Joaçaba*, v. 13, n. 1, p. 167-188, jan./jun. 2010.

GUERRA, Antonio Fernando S. Educação Ambiental no Contexto Escolar: Questões levantadas no GDP. *Pesquisa em Educação Ambiental*, vol. 2, n. 1 – pp. 155-166, 2007

JACOBI, Pedro Roberto. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

ANEXO

Questionário para os alunos:

1. Você tem conhecimento da existência de alguma Lei que visa defender o Meio Ambiente de condutas e atividades que a prejudiquem?
2. Você sabe o que quer dizer desenvolvimento sustentável?
3. Como você avalia e ensino de educação ambiental na sua escola?
4. Na sua escola existe coleta consciente?

Questionário para os professores:

1. Durante o ano letivo você trabalha mais de uma semana falando com seus alunos sobre EA?